

**HABEAS CORPUS Nº 505.482 - MG (2019/0112550-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : PAULO ROBERTO FREITAS**  
**ADVOGADO : PAULO ROBERTO FREITAS - MG188148**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : MICHELE LIMA GONCALVES E SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de MICHELE LIMA GONÇALVES E SILVA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.013935-2).

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Segundo o apurado, a acusada e os corréus, previamente ajustados, mediante o emprego de arma de fogo, subtraíram valores e pertences da Panificadora e Mercearia Nossa Senhora de Lourdes. Ato contínuo, valendo-se de um veículo que estava estacionado próximo ao local dos acontecimentos, os acusados empreenderam fuga. Acionada, a polícia militar localizou os autores do delito, contudo, após o corréu Bruno apontar a arma de fogo na direção dos milicianos, estes dispararam contra o referido corréu, levando-o a óbito.

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa. Entretanto, os desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, denegaram a ordem.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 110):

*HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. INVIABILIDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.*

*I- Extraíndo-se do decisum toda a ratio deduzida pelo magistrado a convencê-lo da necessidade da custódia cautelar, em atendimento ao disposto no art. 93, IX, da CR/88, não se há falar em constrangimento ilegal, justificando a segregação cautelar a gravidade e censurabilidade da conduta.*

*II- O modo de execução do delito imputado à paciente é indicativo de*

*periculosidade social, justificando a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, consoante determinação contida no artigo 312, do Código de Processo Penal.*

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta o impetrante, como primeira tese, o excesso de prazo na formação da culpa. Destaca que "já se passaram 84 dias da prisão em flagrante da paciente, sendo que nem sequer foi marcada a audiência de instrução e julgamento" (e-STJ fl. 6).

Sublinha, outrossim, não estarem presentes os requisitos necessários à manutenção da prisão preventiva. Esclarece que a paciente é primária, "sem antecedentes negativos, com residência fixa e ocupação lícita, sem quaisquer indícios de que atrapalhará as investigações" (e-STJ fl. 9).

Diante dessas considerações, pede, em tema liminar, possa a paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente inconformismo. No mérito, busca o relaxamento ou a revogação da prisão cautelar, com ou sem a imposição das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 120/122.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 198/202).

É, em síntese, o relatório.

O presente *writ* não merece prosseguimento, pois se trata de **mera reiteração** de recurso anteriormente dirigido a esta Corte (RHC n. 110.501/MG).

Ante o exposto, **não conheço do *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator